

## RECOMENDAÇÃO Nº 02/2025

**Ref.: Inquérito Civil nº 02.16.0481.0313295.2025-54**

**Requerido: Município de Patrocínio**

**Assunto:** Adequação da Lei Municipal Nº 5.865/2025 (Projeto Cão e Gato Comunitário) aos princípios de Proteção e Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos, e Abstenção de Recolhimento Massivo e Indiscriminado de Animais Comunitários.

**EMENTA:** DIREITO CONSTITUCIONAL E AMBIENTAL. TUTELA DA FAUNA. ANIMAIS COMUNITÁRIOS. LEI MUNICIPAL Nº 5.865/2025. CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS. INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE DE DISPOSITIVOS MUNICIPAIS. EXIGÊNCIA DE "TUTOR RESPONSÁVEL" E ASSINATURA DE TERMO DE RESPONSABILIDADE COMO CONDIÇÃO PARA A PERMANÊNCIA DO ANIMAL NO HABITAT. DESCABIMENTO. TRANSFERÊNCIA INDEVIDA DE DEVER PÚBLICO A PARTICULARES. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA SENCIÊNCIA, DIGNIDADE ANIMAL E VEDAÇÃO AO RETROCESSO ECOLÓGICO. RECOLHIMENTO INDISCRIMINADO AO CANIL MUNICIPAL POR AUSÊNCIA DE TUTELA PRIVADA. CARACTERIZAÇÃO DE MAUS-TRATOS. OBRIGATORIEDADE DO MANEJO ÉTICO (CEVD - CAPTURA, ESTERILIZAÇÃO, VACINAÇÃO E DEVOLUÇÃO). PREVALÊNCIA DA LEI ESTADUAL Nº 21.970/2016 E DO DECRETO FEDERAL Nº 12.439/2025. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO LEGISLATIVA E ABSTENÇÃO DE REMOÇÃO DE ANIMAIS ESTABILIZADOS. RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por meio dos Promotores de Justiça signatários, no uso das atribuições legais, com fundamento no artigo 127, no inciso III do artigo 129, todos da Constituição Federal; no inciso IV parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); e, inciso XX do artigo 6º da Lei Complementar Federal nº 75/1993 (Estatuto do Ministério Público da União), aplicável por força do artigo 80 da Lei

Federal nº 8.625/1993; e visando à efetividade do art. 225, § 3º da Constituição Federal, do art. 1º da Lei 13.426/2017 e do art. 3º da Lei Estadual 21.970/2016; vem expedir **RECOMENDAÇÃO**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

## **I - OBJETO DA RECOMENDAÇÃO:**

Cuida a presente recomendação da **ilegalidade e inconstitucionalidade** dos artigos 3º, IV, parágrafo único, 4º, 5º, IV, 6º, III, 7º, todos da **Lei Municipal 5.865, de 27 de novembro de 2025**, frente a Lei Municipal nº 4.434/2010, Lei Municipal nº 4.710/2014, Lei Municipal nº 5.077/2018, Lei Estadual nº 21.970/2016, Lei Estadual nº 22.231/2016, Decreto Federal nº 12.439/2025, artigo 214 da Constituição do Estado de Minas Gerais e artigo 225 da Constituição Federal de 1988, especialmente no que tange ao direito animal, aos princípios gerais da sua dignidade e senciência animal, atenção à saúde animal e participação social, considerando os animais como seres sencientes, sujeitos de direito despersonalizados, merecedores de respeito e tratamento ético, não sendo considerados bens ou coisas, tendo como direito fundamental a primazia da liberdade natural (direito de viver em seus habitats naturais) e a proibição do retrocesso (impedindo que legislações e decisões judiciais futuras reduzam a proteção já conquistada), fazendo jus a tutela jurisdicional em caso de violação de seus direitos.

## **II - FUNDAMENTOS JURÍDICOS:**

### ***1. Dos Princípios Constitucionais, do Estatuto de Senciência Animal e do conceito de Cão ou Gato Comunitário:***

- **CONSIDERANDO** que a Constituição Federal estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente

equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, sendo vedada a crueldade contra os animais.

- **CONSIDERANDO** que a **senciência animal** é um princípio fundamental do Direito Animal, reconhecendo que os animais têm a capacidade de experimentar sensações físicas, como dor e prazer, além de emoções como medo, alegria e sofrimento, razão pela qual se proíbe a crueldade. A legislação estadual, inclusive, reconhece os animais como seres sencientes e sujeitos de direito despersonalizados.
- **CONSIDERANDO** que o **conceito de maus-tratos** abrange quaisquer **ações ou omissões** que atentem contra a saúde ou a integridade física ou mental do animal, incluindo a lesão ou agressão ao animal, causando-lhe sofrimento, a promoção de distúrbio psicológico e comportamental, bem como o abandono.
- **CONSIDERANDO** que a Lei Estadual Nº 21.970/2016 define **cão ou gato comunitário** como aquele que, apesar de **não ter responsável definido e único**, estabelece com a comunidade onde vive vínculos de dependência e manutenção.
- **CONSIDERANDO** que o Instituto Pasteur de São Paulo<sup>1</sup> sugere a seguinte classificação de cães: 1. Cães com proprietários e totalmente restritos (cães domiciliados); 2. Cães com proprietários, parcialmente restritos (cães semi-domiciliados); 3. **Cães sem proprietários definidos, parcialmente restritos ou irrestritos (cães comunitários)**; 4. Cães sem proprietários (cães de rua).

<sup>1</sup> MATOS, M. R. et al. Técnica Pasteur São Paulo para dimensionamento de população canina. Cadernos de Saúde Pública, v. 18, p. 1423-1428, 2002.

- **CONSIDERANDO** que de acordo com a *International Coalition for Animal Management* (ICAM)<sup>2</sup>, os animais nas ruas podem ser divididos em: 1. Semi-domiciliados (aqueles que possuem tutor, mas possuem livre acesso a rua); 2. Domiciliados perdidos (aqueles que possuem tutor, mas estão perdidos); 3. **Comunitários (aqueles que não possuem um tutor definido e são cuidados pela comunidade)**; 4. Sem tutor (animais abandonados, que não tem tutor).
- **CONSIDERANDO** que **animais comunitários** devem ter vínculo comprovado com a população local, devem ser castrados, vacinados, vermifugados, possuírem coleira repelente, terem comportamento adequado às características locais, microchipados e com identificação externa, registro no serviço público de pelo menos dois responsáveis/mantenedores da comunidade e do local onde o animal vive, podendo o Município auxiliar fornecendo o serviço médico veterinário sempre que necessário.
- **CONSIDERANDO** que a **Lei Municipal nº 5.865/2025** que institui o “**Projeto Cão e Gato Comunitário**” em seu artigo 2º, da mesma forma, também conceitua o **animal comunitário** como aquele que, “apesar de não possuir proprietário exclusivo formalmente constituído, estabelece vínculo de dependência, convivência e afeto com moradores ou comerciantes do local onde vive, sendo por eles alimentado, assistido e protegido.”.

## **2. Das Obrigações do Poder Público no Manejo Ético Populacional (Esferas Federal e Estadual):**

<sup>2</sup> ICAM – International Companion Animal Management Coalition. Humane Dog Population Management Guidance. 2019. Disponível em: <https://www.icam-coalition.org/download/humane-dog-populationmanagement-guidance/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

- **CONSIDERANDO** a instituição do Programa Nacional de Proteção e Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos (Decreto Federal Nº 12.439/2025), cuja finalidade é promover ações de manejo populacional ético, bem-estar animal e convivência harmoniosa entre os animais e a comunidade.
- **CONSIDERANDO** que a execução e a gestão do Programa Nacional são de responsabilidade das autoridades competentes nas esferas municipal, estadual e federal, realizadas de forma descentralizada.
- **CONSIDERANDO** que o Programa Nacional concede apoio financeiro e técnico da União aos entes federativos, visando ações para esterilização cirúrgica, microchipagem e registro de cães e gatos, de modo a **promover** o controle populacional ético de cães e gatos, o bem-estar animal, a prevenção do abandono e da acumulação de cães e gatos, **a redução do número de cães e gatos em situação de rua e a convivência harmoniosa entre os animais e a comunidade.**
- **CONSIDERANDO** que o Programa Nacional **prioriza o atendimento aos animais comunitários.**
- **CONSIDERANDO** a Lei Estadual Nº 21.970/2016, que confere ao **Município** a competência para implementar ações de proteção, identificação e controle populacional de cães e gatos.

### ***3. Da Função Comunitária e o Princípio da Devolução (CEVD/REVD):***

- **CONSIDERANDO** que o Poder Público deve desenvolver estratégias voltadas para a proteção de cães e gatos

comunitários, com vistas à promoção do bem-estar e do respeito, e para a orientação técnica aos tutores.

- **CONSIDERANDO** que a função da comunidade é de **auxílio voluntário** e **engajamento**, sendo assegurado a qualquer cidadão o direito de fornecer alimento e água aos animais em situação de rua, inclusive aos comunitários, em espaços públicos, sendo **vedado** a particular ou agente público impedir o exercício desse direito, sob pena de se **configurar maus-tratos**.
- **CONSIDERANDO** que, segundo a Lei Estadual Nº 21.970/2016, o animal comunitário recolhido pelo órgão competente deverá ser **esterilizado, identificado e devolvido à comunidade de origem**.
- **CONSIDERANDO** que conforme o artigo 6º da Lei Estadual nº 21.970/2016, o poder **público desenvolverá estratégias voltadas** para a **proteção de cães e gatos comunitários**, com vistas à promoção da melhoria do bem-estar desses animais e do respeito por eles, e para a orientação técnica aos tutores e ao público em geral sobre os princípios da tutela responsável e a prevenção de zoonoses.
- **CONSIDERANDO** que a literatura técnica especializada reforça que a prática recomendada é a Captura, Esterilização, Vacinação e **Devolução** (CEVD/REVD), e que o **recolhimento e o abrigo de animais** devem ser realizados de forma **altamente seletiva**.
- **CONSIDERANDO** que o **recolhimento simples e o abrigo permanente, sem a devolução célere**, tendem a **reduzir o grau de bem-estar animal**, podendo caracterizar maus-tratos. Sugere-se que o animal, justificadamente, com registro de todo o tratamento, não

permaneça abrigado por mais de 10 (dez) dias até ser retornado ao local de origem.

- **CONSIDERANDO** ademais que o recolhimento de animais deve ser seguido obrigatoriamente de avaliação médico-veterinária e realização dos procedimentos necessários, nos termos da Lei Municipal nº 4.434/2010, que institui o Programa de Proteção aos Animais Domésticos, artigo 5º.
- **CONSIDERANDO** que a referida Lei Municipal nº 4.434/2010, alterada pela Lei Municipal nº 4.710/2014, frisa que os animais capturados ou recolhidos, caracterizados como abandonados, após a realização de esterilização cirúrgica e garantidos os cuidados pós operatórios **serão soltos novamente nas vias públicas onde foram encontrados.**

#### ***4. Da decisão judicial imposta ao Município de Patrocínio na ACP nº 5011888-79.2025.8.13.0481.***

- **CONSIDERANDO** que a Ação Civil Pública foi ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em face do Município de Patrocínio, em que busca, em suma, o **controle populacional efetivo de cães e gatos, melhoria da eficiência dos serviços prestados pelo Centro de Zoonoses de Patrocínio (CANIL)**, cumprimento do “Programa Municipal de Proteção aos Animais Domésticos”, conforme previsão da Lei Municipal nº 4.434/2010 e 4.710/2014 e a LE nº 21.970/2016, além de outras obrigações, nos termos dos pedidos da petição inicial.
- **CONSIDERANDO** que em 30/01/2023, foi proferida sentença que julgou a demanda parcialmente procedente e **condenou o Município de Patrocínio a cumprir, no prazo de 90 dias, todas as obrigações elencadas no item 5 da**

**petição inicial**, sob pena de imposição de multa diária (ID 9711187874).

- **CONSIDERANDO** que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais reformou parcialmente a sentença apenas **para afastar a obrigação de edição de decreto regulamentar da Lei Municipal nº 4.434/2010**, mantendo todas as demais determinações (ID 10562447509) e que os recursos subsequentes foram rejeitados, e a decisão **transitou em julgado em 13/10/2025** (ID 10562447514).
- **CONSIDERANDO** que permanece vigente e exequível o prazo judicial de **90 dias** para o cumprimento integral das obrigações previstas no item 5 da petição inicial (alíneas **b, c, c1, c2, c3, c4, c5, c6 e c7**), as quais compreendem:
  - o realização anual do **Censo Canino e Felino**;
  - o instituição do **sistema de registro e identificação individual dos animais**, inclusive dos recolhidos pelo CANIL, por método eficiente, como o dispositivo eletrônico subcutâneo, capaz de identificar o animal, relacioná-lo com seu responsável e armazenar dados relevantes sobre a sua saúde, cabendo ao Estado disponibilizar o sistema de banco de dados, nos termos da legislação municipal e estadual;
  - o implantação do **recolhimento seletivo**, observados os princípios dos 4 R's e o manejo adequado previsto na legislação;
  - o desenvolvimento de **programas permanentes de educação ambiental, campanhas** de guarda responsável, vacinação, esterilização, adoção e combate aos maus-tratos;





- o instituição de **controle efetivo da reprodução**, com esterilização anual de, no mínimo, 10% da população canina e felina, domiciliada e errante, mediante serviço público direto ou convênios com entidades e clínicas veterinárias;
- o elaboração e adoção do **Manual de Boas Práticas** e de procedimentos operacionais padrão (POP) no âmbito do CANIL;
- o criação de **central de denúncias de maus-tratos** conjuntamente à Polícia Militar do Meio Ambiente e/ou às Entidades de Defesa dos Animais, com autuação administrativa dos infratores e comunicação ao Ministério Público.
- **CONSIDERANDO** que as determinações decorrem de decisão judicial definitiva, devendo o Município adotar as providências necessárias para o integral cumprimento das obrigações no prazo fixado pelo juízo.

#### **5. Da ilegalidade e inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 5.865/2025:**

- **CONSIDERANDO** que a Lei Municipal nº 5.865/2025 nos artigos 3º, IV e parágrafo único, 4º, 5º, 6º, *caput* e inciso III, 7º ao **classificar o animal comunitário como aquele que tiver “tutor responsável pelo animal”**, concedendo a apenas a tal tutor direitos animais como cadastramento, esterilização, vacinação, assistência médico-veterinária, causa **desrespeito** ao animal, apresentando **retrocessos legislativo** que confronta com toda legislação ambiental apresentada, **inclusive com seu próprio artigo 2º que**

**destaca que o animal comunitário não possui proprietário formal exclusivo.**

- **CONSIDERANDO** que a Lei Municipal Nº 5.865/2025 prevê, em seu Art. 6º, que na **inexistência de tutor responsável** ou na **ausência da coleira de identificação**, o animal será **recolhido ao Canil Municipal e não devolvido ao seu *habitat* de origem**, enquanto não tiver um tutor responsável.
- **CONSIDERANDO** que a atribuição de uma obrigação formal ao "tutor" comunitário, cujo descumprimento resultaria na remoção do animal de seu *habitat* e seu encaminhamento ao canil (com todas as consequências de estresse e perda de vínculo, ausência da rotina típica), **configura um desrespeito à dignidade e senciência animal, à saúde animal, um deslocamento indevido da responsabilidade primária do Município** e pode resultar em **consequência violadora do bem-estar animal**, contrariando o princípio da devolução (CEVD) previsto na Lei Estadual, **causando-lhe maus-tratos**.
- **CONSIDERANDO** que **o animal que está em situação de "bem-estar animal" é aquele que tem liberdade sanitária** (viver livre de doenças, dores e lesões); **liberdade nutricional** (viver livre de fome e de sede); **liberdade comportamental** (viver livre para exercer comportamentos naturais); **liberdade psicológica** (viver livre de sentimentos ruins como medo, estresse e pavor), **liberdade ambiental** (viver num ambiente adequado à espécie).
- **CONSIDERANDO** que há relatos de que o recolhimento de cães da Praça Santa Luzia com denúncias indicativas de que o ato foi planejado tendo por um dos fundamentos que a presença dos animais **"enfeia"** o local, sugerindo que a

remoção foi motivada por razões estéticas ou urbanísticas temporárias, caracterizando possível **desvio de finalidade**.

- **CONSIDERANDO** que o Ministério Público já recomendou e advertiu, em outra oportunidade, formalmente ao Município que o recolhimento de animais comunitários de forma indiscriminada e eventual encaminhamento para o abrigo municipal é **causa de maus-tratos**, pois não garante que sigam para um local mais favorável (Recomendação n. 01 de 2022).
- **CONSIDERANDO** que existe **decisão judicial na ACP nº 5011888-79.2025.8.13.0481** transitada em julgado determinando que o Município de Patrocínio realize o **recolhimento seletivo de animais**, observando os princípios dos 4R's, e o manejo adequado previsto na legislação;
- **CONSIDERANDO** que a exigência da **assinatura de "Termo de Responsabilidade"** imposta pela Lei Municipal Nº 5.865/2025 ao cidadão que assume a condição de "tutor comunitário", e a consequente previsão de **recolhimento do animal** em caso de ausência desse tutor ou falha na manutenção da coleira de identificação, configura uma **transferência indevida da responsabilidade primária de gestão e controle populacional ético** dos cães e gatos, que é indelegável e compete ao Município;
- **CONSIDERANDO** que ao obrigar o auxílio comunitário com um ônus legal para que o animal seja classificado enquanto "comunitário", **desvirtua o princípio da participação social** e **desestimula drasticamente** o engajamento da comunidade que já estabeleceu vínculos de dependência e manutenção com esses animais, transformando um ato de empatia e cuidado voluntário em uma fonte de potencial

responsabilização, o que se revela incompatível com o espírito das políticas federais e estaduais que buscam justamente **promover o engajamento da comunidade**, sendo o uso do **Termo de Responsabilidade** apropriado única e exclusivamente no contexto de adoção, onde se estabelece uma nova e formal **tutela responsável** sobre o animal, fora do seu ambiente comunitário.

- **CONSIDERANDO** que o registro e catalogação de responsáveis ou mantenedores da comunidade e do local onde o animal vive é pertinente e aconselhável para salvaguardar os direitos animais do cão comunitário mas que, por sua vez, a figura deste “tutor” não deve ser preponderante para caracterizar o animal como comunitário, retirando-lhe direitos já resguardados a ele pela própria legislação.

#### ***5. Da violação de princípios inerentes à Administração Pública:***

- **CONSIDERANDO** que a execução de políticas públicas de saúde voltadas ao controle de zoonoses configura atividade administrativa sujeita aos princípios constitucionais da Administração Pública;
- **CONSIDERANDO** que a adoção, pelo Poder Público, da prática de remoção ou sacrifício de animais de rua como método de controle populacional afronta os princípios da legalidade, proporcionalidade e razoabilidade;
- **CONSIDERANDO** que o princípio da legalidade impõe à Administração Pública a estrita observância das normas constitucionais que obrigam o Estado a proteger a fauna, vedando condutas que comprometam sua função ecológica ou submetam animais à crueldade;



- **CONSIDERANDO** que, sendo a Administração Pública limitada à prática de atos previamente autorizados por lei, é ainda mais reprovável a adoção de medidas que possam configurar ilícito penal, como o crime descrito no art. 32 da Lei nº 9.605/1998;
- **CONSIDERANDO** que os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade exigem que a atuação administrativa ocorra dentro de padrões aceitáveis, sem excessos, e de forma equilibrada e adequada ao fim público a ser alcançado;
- **CONSIDERANDO** que políticas de saúde pública desprovidas de critérios técnicos aptos a assegurar eficácia — como o extermínio de animais com finalidade de profilaxia de zoonoses ou de controle populacional — caracterizam-se como medidas desarrazoadas e desproporcionais;

### III - RECOMENDAÇÃO

Por todo o exposto e considerando, por fim, que é atribuição do Ministério Público expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover (art. 27, parágrafo único, IV, da Lei 8.625/1993 e inc. XX, do art. 6º, da Lei Complementar 75/1993)

**RECOMENDA** ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR, GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO**, Prefeito e Representante do Município de Patrocínio-MG, sendo esta última Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 18.468.036/001-26, com sede na Praça Olímpio Garcia Brandão, nº 1452, bairro Cidade Jardim, Patrocínio-MG, CEP 38747-050, bem como ao Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. **FÁBIO TOREZAN**, brasileiro, domiciliado na cidade de Patrocínio, que

**1. DA OBRIGAÇÃO PRIMÁRIA E ABSTENÇÃO DE RECOLHIMENTO VIOLADOR:**

- a. **REALIZEM INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO E ÀS LEIS ESTADUAIS e MUNICIPAIS** dos dispositivos da **Lei Municipal Nº 5.865, de 27 de novembro de 2025**, em especial o **Art. 6º**, abstendo-se de recolher animais comunitários cuja única causa seja a **"inexistência de tutor responsável"** ou a **"ausência da coleira de identificação"** prevista na lei.
- b. **ASSUMAM a OBRIGAÇÃO MUNICIPAL** de garantir o bem-estar (liberdade sanitária, nutricional, comportamental, psicológica e ambiental) e o controle populacional ético dos animais comunitários, conforme previsto no **Decreto Federal Nº 12.439/2025 e na Lei Estadual Nº 21.970/2016, e na ordem judicial imposta na ACP nº 5000670-98.2018.8.13.0481.**
- c. **GARANTAM** que, em casos de recolhimento de animais comunitários que estabeleceram vínculos com a comunidade (Art. 2º da Lei Municipal Nº 5.865/2025), o procedimento siga rigorosamente o princípio do CEVD/REVD (Captura, Esterilização, Vacinação e Devolução), nos termos do Art. 6º da Lei Estadual Nº 21.970/2016, **devolvendo o animal ao seu local de origem após os cuidados veterinários, no prazo máximo de 10 (dez) dias**, salvo em comprovado melhor interesse do animal, recomendando-se a comunicação ao MPMG ou às entidades parceiras que já realizam trabalho voluntário.
- d. **EXECUTEM a gestão do manejo populacional ético**, incluindo o controle (esterilização e vacinação) e a

identificação (microchipagem e registro) dos animais comunitários, como responsabilidade primária e indelegável das autoridades nas esferas federal, estadual e municipal. Tendo o Município o papel de **desenvolver estratégias e fornecer orientação técnica aos tutores.**

## 2. DO TUTOR DO ANIMAL COMUNITÁRIO:

- a. **RECONHEÇAM** que a figura do cuidador/protetor comunitário, conforme a legislação federal e estadual (Lei Estadual nº 21.970/2016, Art. 8º-A), **não possui um viés obrigacional que resulte em penalização do animal** por seu descumprimento, mas sim a busca por **estimular o auxílio e o engajamento da comunidade** nas pautas de proteção animal.
- b. **REALIZEM** o cadastro de animais comunitários e quais são seus cuidadores, com identificação ou indicação de eventual médico veterinário que lhe dê suporte, dentro do programa estabelecido, sem resultar em penalização do animal, com o objetivo de favorecer e priorizar a castração, registro, identificação, microchipagem, vacinação e demais cuidados veterinários a esses animais, não podendo exigir do cidadão voluntariado as mesmas obrigações do guardião de animais domiciliados ou semi—domiciliados, tendo em vista a característica peculiar do animal comunitário (sugere-se a possibilidade que entidades destinatárias de recursos ambientais realizem campanhas visando o auxílio



- junto ao Poder Público do cadastramento, vacinação, esterilização destes animais);
- c. **RECONHEÇAM** que a assinatura do “Termo de Responsabilidade” como designado nos artigos 5º e 6º Lei Municipal Nº 5.865/2025 desvirtua o princípio da **participação social** e frustra o objetivo de **estimular o engajamento da comunidade** nas pautas de proteção animal, pois impõe um **ônus legal desproporcional** a atos voluntários de empatia.
- d. **REALIZEM** ações de educação com os cuidadores para manejar melhor o fornecimento de alimento e água nas ruas, evitando conflitos com munícipes em decorrência de comportamentos territorialistas (sugere-se a aplicação das sugestões da Coordenadoria Estadual de Defesa dos Animais – CEDA, em parceria com o Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC) integrando o Município ao PRODEVIDA);
- e. **RECONHEÇAM** que o fornecimento de alimento e água a animais comunitários é um **direito assegurado a qualquer cidadão** em espaços públicos, e a tentativa de impedir esse auxílio pode configurar **maus-tratos**. A assistência prestada pela comunidade deve ser vista como **auxílio voluntário** e não como uma obrigação cuja falha gere consequências negativas ao animal (como o recolhimento).
- f. **CONSINTAM** que o **Termo de Responsabilidade** deve ser utilizado única e exclusivamente no contexto de **campanhas de adoção responsável**, ou **transferência formal de posse**, como ferramenta para garantir que a pessoa que adota exerça a tutela responsável sobre o



animal em um novo lar, e não para cadastrar ou penalizar ou desestimular quem já coexiste com os animais comunitários em praças e vias públicas.

- g. **RECONHEÇAM** que o cadastro de cuidadores e protetores de animais, conforme a legislação estadual, visa apenas lhes conceder **preferência em programas públicos** de castração, vacinação e atendimento, e não criar uma **obrigação** de tutela cuja ausência penalize o animal.
- h. **ATENTEM** que também configura **maus-tratos aos animais comunitários** a mudança abrupta e sem justificativa, ou apenas com o motivo de falta de tutor responsável, do seu *habitat* natural, causando-lhes transtornos no bem-estar animal, tratando-o como coisa ou objeto e não como ser senciente, sujeitos de direitos despersonalizados, não podendo atividades públicas-privadas, como a locação de quiosques a particulares situadas no espaço público da Praça Santa Luzia, preponderarem sobre o interesse e direito público do bem estar animal comunitário.

**RECOMENDA aos EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO-MG:**

- **REVER e PROMOVER A ALTERAÇÃO** dos dispositivos da **Lei Municipal Nº 5.865, de 27 de novembro de 2025**, notadamente os artigos 3º e 6º, para **eliminar ou modular** as previsões que traduzem a figura do "tutor comunitário" como pessoa cuja falha em "cumprir seu papel" (como não ter coleira ou termo de responsabilidade assinado) **reverbera em consequências**

**negativas e prejudiciais aos direitos do próprio animal**, como o recolhimento compulsório e indiscriminado ao Canil Municipal.

- **HARMONIZAR** a legislação municipal com o Art. 6º da Lei Estadual Nº 21.970/2016, garantindo que a política de manejo populacional de animais comunitários seja centrada na **devolução ao local de origem** após o tratamento e esterilização, e não no recolhimento permanente, que pode ser compatível com maus-tratos.

**Alerta ainda sobre a EFICÁCIA da presente recomendação.**

Afinal, dá ciência e constitui em mora os destinatários da presente, quanto às providências solicitadas e poderá resultar em adoção de todas as providências administrativas e judiciais cabíveis (cíveis, criminais, e referentes a prática de ato de improbidade administrativa), caso verificada no caso concreto a violação dos deveres ligados à Administração Pública caracterizadores das situações da lei 8.429/92.

No mais, **REQUISITA**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 129, III e VI da Constituição da República, art. 26, I da Lei nº 8.625/1993, art. 74, VIII da Lei Complementar nº 34/1994 e art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/1985 que os recomendados, no prazo de 07 dias úteis, apresentem informações respeito do eventual acatamento da presente recomendação.

Sendo o que cumpria fazer no momento, como dever funcional, prevenindo atuais e futuras infrações aos interesses coletivos que defende, o Ministério Público expede a presente recomendação.

Na oportunidade, após juntada formal ao procedimento, encaminhe-se ainda cópia à Polícia Militar de Meio Ambiente, à Polícia Militar, à mídia local e aos representantes de instituições ligadas à proteção dos animais.

Patrocínio, 02 de dezembro de 2025.

BRENO NASCIMENTO PACHECO  
Promotor de Justiça





**ASSINADO ELETRONICAMENTE POR:**

BRENO NASCIMENTO PACHECO, Promotor de Justiça, em 03/12/2025, às  
14:10

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**  
**5875A-E3375-EDB24-DBF9E**

Para verificar as assinaturas leia o QR code ao  
lado ou acesse  
<https://mpe.mpmg.mp.br/validar>

